



PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO JUNTO AOS DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DE UMA IES NO ESTADO DA PARAÍBA

José Ribamar Marques de Carvalho¹
Ireneide Gomes de Abreu²
Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho³
Mônica Maria Pereira da Silva¹¹

RESUMO

As dificuldades que se colocam para a concepção da educação ambiental, só podem ser conhecidas na medida em que se traz para a reflexão a problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina ou área específica. Dentro desse contexto, o objetivo que norteou esse estudo foi analisar qual é a percepção dos discentes do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Controladoria e Finanças da Escola de Negócios da Paraíba em relação à Educação Ambiental. Para tanto, fez-se o uso da pesquisa qualitativa e do tipo exploratória, por meio de aplicação de entrevista semi-estruturada a partir de questões abertas e fechadas. As constatações reveladas demonstram a necessidade de que as instituições de ensino devem se sensibilizar e se organizar no sentido de pensar o seu projeto político pedagógico adequado ao momento histórico, discutindo o significado e a importância da educação ambiental. Ao mesmo tempo, em que o fazer pedagógico do educador ambiental pode contribuir na busca pela construção de uma sociedade sustentável, requerendo compromisso, reflexão e interação com a problemática ambiental.

Palavras-chave: Percepção Discente. Educação Ambiental. IES Privada.

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFCG (Conceito Qualis 5). Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN (2007). Professor Adjunto do Curso de Ciências Contábeis do CCJS da Universidade Federal de Campina Grande e do PROFIAP. Revisor científico de periódicos ranqueados pela CAPES. E-mail: profribamar@gmail.com

² Doutora em Recursos Naturais UFCG. Professora Adjunta da UFCG. E-mail: ireneide@terra.com.br

³Doutoranda em Recursos Naturais UFCG. E-mail: enyedjakm@gmail.com

¹¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - UFCG e do Departamento de Biologia da UEPB. E-mail: monicaaea@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas têm-se testemunhado a emergência do discurso da sustentabilidade, como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo. Em pouco tempo, a sustentabilidade tornou-se palavra mágica, pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos (LIMA, 2003).

Sua expansão gradual tem influenciado diversos campos do saber e de atividades diversas, entre os quais o campo da educação. Há pouco mais de uma década, já se observava entre os organismos internacionais, as organizações não governamentais e nas políticas públicas dirigidas à educação, ambiente e desenvolvimento de alguns países, uma tendência a substituir a concepção de educação ambiental, até então dominante, por uma nova proposta de “educação para a sustentabilidade” ou “para um futuro sustentável” (LIMA, 2003).

De acordo com o autor supracitado, no Brasil, o discurso da educação para a sustentabilidade ainda é pouco disseminado na literatura e nas práticas que relacionam educação e meio ambiente. Entretanto, a crescente difusão do discurso da sustentabilidade no contexto de um mundo globalizado – marcado por relações entre as esferas locais e globais e por relações de dependência política e cultural entre países do centro e da periferia do sistema mundial – recomenda a análise de seus significados e a avaliação de suas contribuições para o debate brasileiro.

Dentro desse contexto, as dificuldades que se colocam para a concepção da educação ambiental, só podem ser conhecidas na medida em que se traz para a reflexão a problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina ou área específica. Sem essa compreensão, o conhecimento, dessa problemática, não tem a natureza e a extensão dessas dificuldades.

Uma área acadêmica, empresarial ou tecnológica que assuma uma postura com um caráter interdisciplinar só ganha compreensão na medida em que o fenômeno da interdisciplinaridade vai sendo conhecido, sentido, criticado ao nível teórico e prático, em articulação permanente. Esse contexto coloca de forma mais atenta a realidade de sua construção demandada pela articulação de especialistas de várias áreas do conhecimento confrontados pelos paradigmas dominantes da racionalidade.

Riojas (2003) já afirmava que dentro da própria universidade, o processo de fragmentação do conhecimento e adequação à funcionalidade social tomou a forma da estrutura de faculdades e departamentos que se aproximam ao trabalho de um âmbito específico do saber. Para o autor, o sentido do avanço do conhecimento resume-se mais em termos de progresso no desenvolvimento da disciplina, do que nas possíveis relações e pontos de confluência com outros teóricos e com as próprias faculdades ou departamentos.

A crise ambiental como problema do conhecimento, e supostamente da falta de uma proposta epistemológica correlacionada com a educação ambiental, é demonstrada por Leff (2000) quando argumenta o fato de que nunca na História houve tantos seres humanos que desconhecêssem tanto e estivessem tão excluídos dos processos e das decisões que determinam suas condições de existência. Ou seja, na era do conhecimento há uma controvérsia, já que nunca antes houve tanta pobreza, tanta gente alienada de suas vidas, de suas identidades, uma vez que

nessa civilização supercientificada e hipertecnologizada, tanto os que dominam, como os que são dominados, encontram-se alienados em seus mundos de vida, em um mundo no qual a incerteza, o risco e o descontrole aumentam proporcionalmente ao aumento dos efeitos de domínio da ciência sobre a natureza, reflexo da falta de políticas de pesquisa interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável.

Nota-se no entendimento de Leff (2000) que as críticas levantadas giram em torno da necessidade de uma estratégia epistemológica focada na interdisciplinaridade ambiental, capaz de construir estratégias educacionais na área ambiental, a partir de um esforço para pensar a articulação de ciências através de método e um pensamento integrador do real, para desembocar num saber que vai além do conhecimento científico, para problematizar a racionalidade modernizadora que provoca a crise ambiental.

Fica evidente a defesa do autor em relação a sua pretensão de explicar e tentar resolver a problemática ambiental através de uma visão funcional da sociedade, inserida como um subsistema dentro do ecossistema global do planeta. Para ele o saber ambiental, fruto do processo de educação ambiental, abre uma perspectiva de análise da produção e de aplicação de conhecimentos como um processo que compreende condições epistemológicas para possíveis articulações entre ciências e os processos de internalização do saber ambiental emergente nos árduos núcleos da racionalidade científica, e a hibridização das ciências com o campo dos saberes tradicionais, populares e locais.

Face ao exposto, entende-se que estudos enfocando a educação ambiental na área empresarial ainda são embrionários e que precisam ser motivados, vez que as atividades desenvolvidas por este público-alvo exercem pressões diretas sobre o meio ambiente.

Acrescenta-se ainda o fato de que cabe ao profissional da Ciência Contábil buscar através de suas informações sensibilizar, e por conseguinte conscientizar a sociedade e o empresariado de que o desenvolvimento econômico deve estar alinhado à uma gestão que possa combinar questões sociais e ambientais, em busca de atividades que seja rotuladas como sustentáveis.

Com base nas premissas expostas, presente estudo concentra-se em responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção dos discentes do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Controladoria e Finanças da Escola de Negócios da Paraíba em relação à Educação Ambiental?

Para tanto, objetiva analisar qual é a percepção dos discentes do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Controladoria e Finanças da Escola de Negócios da Paraíba em relação à Educação Ambiental.

O artigo está estruturado a partir desta introdução, seguido da fundamentação teórica, no qual são descritos aspectos relacionados à temática da educação ambiental, acompanhados da metodologia utilizada, dos resultados encontrados e das considerações finais levantadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Problemática Ambiental e Percepção da Educação Ambiental

A problemática ambiental leva-nos a uma reflexão dos valores humanos e das inquietações acerca de uma responsabilidade para com o bem comum,

provocando uma nova leitura das relações que se estabelecem entre o ser humano, a tecnologia, a ciência e a natureza, para que, a partir dela seja possível a construção de uma ética que responda aos problemas apresentados por esta problemática.

Sabe-se que a problemática ambiental é muito complexa, abarca em sua raiz questões de caráter social, político, econômico e cultural, e deve ser enfrentada de modo amplo, concentrando esforços nas mais diversas áreas de atuação, para que as transformações desejadas tornem-se realidade.

Para Leff (2001), a problemática ambiental passa a existir em um contexto de crise da civilização, em que se põe em xeque o conhecimento fracionado, a idéia majoritária de progresso e as promessas da modernidade.

Neste contexto, o papel da educação tem uma ação imprescindível, já que é por meio da educação crítica e subsidiada na reflexão/ação, que poderemos contribuir para a conquista de novas relações sociais.

A educação é um meio para que se opere a transformação na sociedade, no entanto, essa mudança depende da praxis pedagógica do educador, que deve oferecer condições para que o educando se torne independente, crítico, consciente, livre, responsável com o mundo, com a vida e consigo mesmo.

Nesta perspectiva educar não é apenas uma mera transferência de conhecimentos, mas sim um ato de compromisso, de conscientização e de testemunho de vida. Uma atividade que se dá tanto na verticalidade quanto na horizontalidade, pois todos os envolvidos têm direito a voz, a dizer o mundo a sua volta a partir das reflexões críticas tecidas individualmente e coletivamente e das experiências concretas do seu cotidiano.

Esse modo crítico de pensar a educação implica também na efetivação de releituras da realidade, vislumbrando-a a partir dos diversos olhares dos envolvidos no processo educativo. A realidade não possui significados próprios se não os atribuídos pelas pessoas, que constantemente os recriam a partir das interações com o mundo a sua volta. Esta prática pedagógica e dialógica ver cada indivíduo como sujeito dotado da capacidade de criar e de atribuir sentidos diversos ao mundo a partir das suas diferentes formas de ver a realidade a sua volta.

O pensamento de Freire (2001, p.17) deixa claro que a prática educativa não despreza a prática humana indo além das propostas tradicionais de educação ao ver, no fenômeno de apoderamento cultural, um fenômeno de libertação. Para ele não existe separação entre a teoria e a prática, pois as duas compreendem uma unidade na qual a teoria tanto determina a prática social dos indivíduos como é determinada por ela. Neste contexto, o ser humano é visto como um sujeito histórico que se constitui por meio das interações com o meio social no qual se encontra inserido. O ser humano “freireano” é sempre um vir a ser permeado de intersubjetividade. Freire caracteriza o ser humano como um ser de relações onde “(...) é um ser de relações que estando no mundo é capaz de ir além, de projetar-se, de discernir, de conhecer (...) e de perceber a dimensão temporal da existência como ser histórico e criador de cultura.”

Nessa perspectiva, o ser humano é capaz de se libertar da sua unidimensionalidade, visto que não se encontra apenas no mundo, mas está com ele. Sendo assim, o ser humano não se limita a sua natureza biológica. De forma criativa, ele intervém na realidade modificando-a e modificando-se radicalmente. Ele consegue emergir no tempo, pois é um sujeito temporal dotado da capacidade de reconhecer-se na sua historicidade fazedor de história, produtor de conhecimento visto que este se encontra sempre se constituindo: “o homem existe – existe no

tempo. Está dentro. Está fora. Herda... Incorpora. Modifica. Porque não está preso há um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se.” (FREIRE, 2001, p. 47).

Com base na visão de ser humano, enquanto sujeito transcendente (capaz de abstrair a realidade independente do tempo e do espaço), temporal (dotado de auto conhecimento de sua realidade) e político (sujeito de relações sociais), é que Freire pensou um processo educativo dialético em que educador e educandos aprendessem simultaneamente, mediante uma relação dinâmica na qual, conforme menciona Gadotti (2001, p. 253) “a prática orientada pela teoria reorienta esta teoria, num processo de constante aperfeiçoamento”.

Assim, a eficácia do processo educativo está ligada a uma educação que tem como prioridade o educando que é orientado a construir o seu próprio conhecimento dentro de uma visão crítica da realidade, buscando mudança, conscientização, crescimento, e que despertem para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, a educação ambiental tendo conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao meio ambiente será capaz de elaborar propostas que venham a atingir grande parte da sociedade, visando provocar mudanças mais efetiva que contribuam para a sustentabilidade socioambiental.

Nessa perspectiva, o estudo da percepção ambiental é de essencial importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Sendo assim, podemos afirmar que a educação em geral não está dissociada da educação ambiental, já que tem um sentido político que visa à transformação da sociedade em busca de um presente e de um futuro melhor. Nesse sentido, Lacerda e Branquinho (2010, p. 88) destacam que a Educação Ambiental tem contribuído para a “formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e aptos a decidir e atuar em seu meio socioambiental, comprometendo-se com o bem-estar de cada um e da sociedade como um todo”.

Por isso precisamos tratar a educação ambiental a partir de sua vinculação direta com a ética e a cidadania, situando-a numa reflexão mais ampla que envolve uma visão sociologia e uma visão política de mundo.

A UNESCO define educação ambiental como o,

“(...) processo de aprendizagem, de prática e ação educativa permanentes, pela qual pretende-se que os indivíduos e as comunidades adquiram a consciência de que são parte integrante do meio ambiente, além de conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros” (UNESCO, 1987).

A educação ambiental deve constituir instrumentos que pode capacitar e ao mesmo tempo sensibilizar a população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, buscamos elaborar métodos e técnicas que facilitem que as pessoas tomem consciência a respeito da gravidade e necessidade de tomarmos providências urgentes no que diz respeito aos problemas ambientais.

A escola e os professores, inseridos em uma sociedade complexa, devem estar atentos às situações novas que surgem a cada dia, devendo estar dispostos a repensar suas atividades e estarem abertos a novas formas de educar.

Partimos da concepção de que a educação ambiental é um processo contínuo, interdisciplinar, direcionada a toda sociedade e, por isso mesmo, deve promover uma vinculação estreita com as práticas sócias e políticas, com as nossas formas de intervir na realidade.

Essa perspectiva pode ser verificada no capítulo I da Política Nacional de Educação Ambiental, ao esclarecer que,

“A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.
(BRASIL, 1999, art. 2º)

A escola tem um importante papel na formação integral de cidadãos, tem o dever social de desenvolver sistemas de conhecimentos, preceitos e valores que construam a conduta e fundamentem o comportamento próprio de proteção do meio ambiente. (REIGOTA, 2006).

A escola tem condições de desenvolver um fazer pedagógico reflexivo acerca da educação ambiental. O educador, o gestor, o pesquisador tem um papel importante na formação de um sujeito crítico participativo e criativo, com argumentação e visão dialética do contexto sócio-político-ambiental e do processo de desenvolvimento sustentável.

É importante que a escola seja um espaço aberto onde às relações aconteçam de maneira democráticas, participativas que levem enriquecimento ao processo educacional, tornando-o mais eficiente, para isso é imprescindível que a escola seja um espaço de pensamento, acabando com a fragmentação do conhecimento, pois só assim teremos uma cultura interdisciplinar.

O processo de conscientização acerca das questões sócio-econômicas-culturais-ambientais necessita do envolvimento e participação dos sujeitos, que por meio das responsabilidades buscarão a ação e participação para a solução dos problemas ambientais.

A educação ambiental pode contribuir de forma significativa na formação da cidadania crítica e responsável, capaz de participar de forma democrática das decisões políticas, econômicas do desenvolvimento das futuras gerações.

É importante que a educação ambiental desperte nas pessoas o sentimento de que somos coresponsáveis pela mudança de atitude que não só promovam a preservação da vida, mas uma nova mentalidade essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

É necessário que as práticas pedagógicas sejam inovadoras de caráter multi e interdisciplinares, privilegiando a compreensão diversa e multifacetada das inter-relações que constituem o mundo da vida. Em educação ambiental o fundamento principal para o desenvolvimento de toda prática é sua característica interdisciplinar.

A abordagem interdisciplinar pretende superar a fragmentação do conhecimento, pois considerando que o ambiente no qual vivemos é constituído por aspectos ecológicos, econômicos, políticos, sociais, históricos e culturais, o meio ambiente só pode ser percebido e trabalhado por meio da junção de diferentes áreas do conhecimento. No entanto sabemos que a interdisciplinaridade é de difícil execução, de acordo com Carvalho (2004, p. 125)

“[...] será uma posição fácil, cômoda ou estável, pois exige nova maneira de conceber o campo da produção de conhecimento buscada no contexto de uma mentalidade disciplinar [...] trata-se de mudarmos as lentes e sermos

capazes de novas leituras do real, mesmo que ainda sejamos aprendizes desta nova gramática que nos permita chegar aos novos territórios de um saber interdisciplinar.”

Assim, todos os atores sociais envolvidos com a questão ambiental devem direcionar-se na busca de um comprometimento para a formação do novo ser socioambiental fundado numa ética emancipatória, que visa novas formas de pensar e agir, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é necessária

“[...] uma atitude de investigação atenta, curiosa, aberta à observação das múltiplas inter-relações e dimensões da realidade e muita disponibilidade e capacidade para o trabalho em equipe. Significa construir um conhecimento dialógico, ouvir os diferentes saberes, tantos os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, das gerações, artísticos, poéticos) (CARVALHO, 2004, p.130).”

Vê-se, pois, que a interdisciplinaridade ambiental, trata-se de um processo de reconstrução social através de uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes. Fazenda (1999, p. 31) observa que “a interdisciplinaridade depende então, basicamente, de uma mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano”.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade consiste num “esforço de busca da visão global da realidade, como superação das impressões estáticas, e do hábito de pensar fragmentador e simplificador da realidade” (LUCK, 1994, p.72). Pode-se afirmar que para entender a vida é imprescindível uma visão mais globalizada do ambiente por meio de uma abordagem interdisciplinar, trabalhando a interação em equilíbrio dos seres humanos com a natureza.

Temos então, o desafio de assegurar a abordagem global d realidade, através de uma perspectiva holística, transdisciplinar. Onde a valorização é centrada, não no que é transmitido, e sim no que é construído. A prática interdisciplinar deve envolver-se no processo de aprender a aprender.

A interdisciplinaridade não é apenas uma inquietação acadêmica, é muito mais do que isto, uma reivindicação da objetividade científica. Pois, se desejarmos revelar o real, querendo compreendê-lo, a riqueza e a complexidade do mesmo exigem que o busquemos através de muitos olhares (ANDREOLA, 1999).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do estudo fez-se o uso da pesquisa qualitativa e do tipo exploratória, por meio de aplicação de entrevista semiestruturada a partir de questões abertas e fechadas relacionadas a identificar aspectos da percepção ambiental.

O método de investigação foi o dedutivo, método que segundo Gil (2008) parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Foram utilizadas perguntas abertas, tendo em vista o interesse na obtenção de respostas livres que pudessem ser construídas e escritas pelo entrevistado, bem como pelo interesse em obter uma

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 234 - 253, out. 2015/mar. 2016.

informação mais detalhada ou ainda inesperada em relação à temática da E.A. Resolveu-se padronizar as respostas por categoria para assim proceder à tabulação simples (para as questões abertas) no intuito de facilitar o entendimento das respostas.

Os resultados foram analisados a partir do uso do SPSS, versão 8.0 (*Statistic Package Social Science*) e o Microsoft Excel 2003.

A população total do estudo concentrou-se nos discentes que cursaram o curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Controladoria e Finanças na Escola de Negócios da Paraíba – ENP, durante o ano de 2011.

Foi escolhido esse público-alvo, pelo fato de serem profissionais que estão cotidianamente em contato com empresas que produzem/comercializam produtos e que direta e indiretamente mantêm relação com o meio ambiente, e supostamente teriam condições de opinar acerca do entendimento sobre educação ambiental, uma vez que se considera imperativo que um profissional da contabilidade uma postura ética e que efetivamente possa contribuir para a preservação da natureza. Posto que conforme argumenta Oliveira *et al.* (2007) são profissionais que detêm nas mãos instrumentos de informação que devem refletir o verdadeiro e real valor do patrimônio das empresas, seus desempenhos, inclusive sob o aspecto ambiental, pois tudo o que é feito contra ou a favor da natureza é passível de mensuração e contabilização gerando informações para a sociedade.

Segundo informações da Secretaria do Curso da Escola de Negócios da Paraíba (ENP) atualmente estão regularmente matriculados no ano de 2011, vinte e sete discentes. Destes, foram entrevistados 18 alunos, durante o mês de dezembro de 2010. No geral a amostra desse estudo corresponde a 88,89%, visto que utilizou a estratégia de aplicar a pesquisa juntos dos alunos que estavam presente em sala durante os encontros do dia 07, 14 e 21 de dezembro de 2010 (encontros semanais do curso) e a amostragem foi do tipo por acessibilidade.

Observou-se que, dos 18 alunos que responderam ao questionário, 61,1% são do gênero masculino e 38,9% feminino. Com relação à formação que obteve na graduação, 88,9% dos entrevistados são da área de Ciências Contábeis, seguido de Economia e Turismo, ambos com 5,6% dos discentes. No tocante ao tempo de experiência profissional, verificou-se que a maioria dos entrevistados detém até cinco anos no mercado de trabalho (55,6%), 27,8% de dez anos e 11,1% entre seis e dez anos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Percepções dos Discentes do Curso de Controladoria, Finanças da Educação Ambiental

Para identificar e analisar a percepção dos entrevistados em relação à Educação Ambiental, resolveu-se reunir por categorias e ao fazer a descrição foi realizada sua interpretação e apreciação crítica, dando primazia aos percentuais mais significativos objetivando facilitar o entendimento dos resultados.

Inicialmente, os entrevistados foram questionados acerca da sua concepção de Educação Ambiental (EA). Observou-se que há compreensão de que a

Educação Ambiental deve desenvolver a conscientização nas pessoas para que o meio ambiente seja preservado. As respostas sinalizaram para as seguintes categorias de entendimento. A categoria “Educação voltada para adoção de melhores práticas com relação ao trabalho versus meio ambiente” obteve 38,89%, seguida “Harmonia entre o ser humano e o meio ambiente” com 27,78%. Relação sociedade natureza. A categoria “Conscientização da sociedade em relação às questões ambientais também com 27,78%; finalmente 5,55% referente a categoria “Nova temática que emerge tendo em vista os danos causados pelo homem à natureza”, conforme demonstra a figura 1.

Como se pode observar a maioria dos entrevistados tem compreensão do que realmente significa Educação Ambiental, visto que não sinalizam para um entendimento de que esta área representa um meio fundamental e eficaz no processo de construção do conhecimento em busca da compreensão das relações da sociedade natureza. Considerando-a assim, Reigota (2006, p. 10):

“A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Desta maneira a educação ambiental é vista como um meio eficaz no processo de construção do conhecimento. Sob esse entendimento, Castro e Canhedo Jr. (2005, p.406) destacam que cabe a educação ambiental, como processo político e pedagógico, formar para o exercício da cidadania, desenvolvendo conhecimento interdisciplinar baseado em uma visão integrada do mundo.

Outra categoria utilizada como resposta à questão percepção de educação ambiental foi “Harmonia entre o ser humano e o meio ambiente” com 27,78% - relação sociedade natureza. Constatou-se que esse resultado aponta para visão cujo meio ambiente é caracterizado pelas relações entre a natureza e a sociedade. O ser humano é compreendido como ser social que vive em comunidade (REIGOTA, 2007).

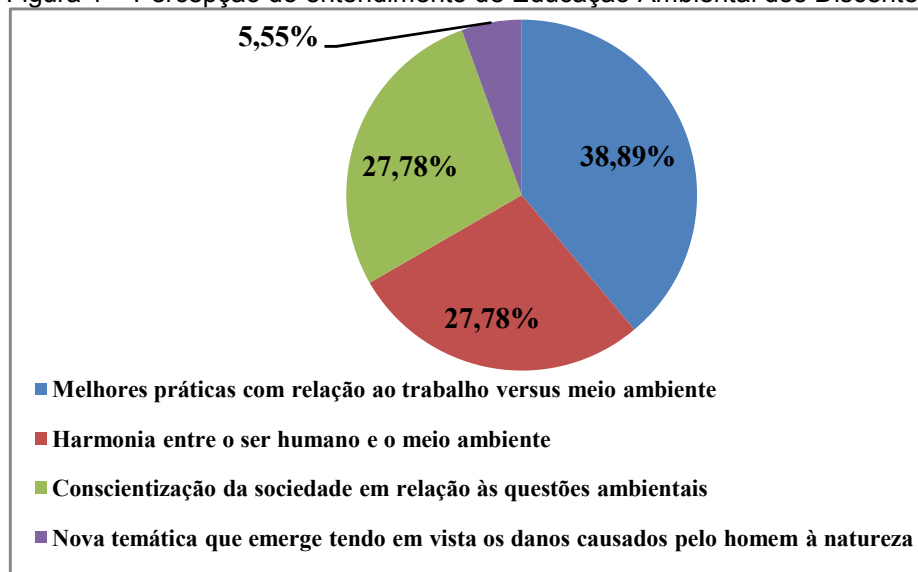
A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) em seu Art. 1º expressa que educação ambiental está diretamente relacionada com:

“Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Portanto a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

Refletindo sobre todas estas questões, constatamos que cada indivíduo percebe o ambiente a sua maneira, e esta percepção é de fundamental importância para a preservação/conservação ambiental, pois é a partir dessa percepção que poderão surgir programas de educação ambiental, visando a reflexão acerca da temática ambiental, objetivando despertar a sociedade para a sua parcela de responsabilidade para com o meio ambiente.

Figura 1 – Percepção do entendimento de Educação Ambiental dos Discentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os entrevistados foram questionados quanto a importância de focar a temática ambiental na sua área de atuação profissional, 100% das opiniões sinalizaram positivamente ao questionamento. Questionou-se de que forma poderia focar a temática ambiental dentro do contexto de atuação. A figura 2, mostra as opções mais destacadas estão relacionadas com a ênfase ao “desenvolvimento sustentável”, com 27,78%; 27,78% dos pesquisados não opinaram, seguida do “processo de conscientização da sociedade e em especial empresarial”, com 16,67%; notadamente 16,67% relacionaram a questão dos “materiais recicláveis” 5,55%, declararam ainda que seria possível através da “contabilidade ambiental”, outros 5,55% através de uma disciplina específica nos cursos de graduação relacionada à temática.

A maioria dos pesquisados (27,78%) afirmou que aborda a temática ambiental através o enfoque do “desenvolvimento sustentável”. Esses dados revelam que a preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Assim, a produção do conhecimento deve fundamentalmente contemplar as inter-relações do meio ambiente com o social, numa perspectiva que priorize a sustentabilidade socioambiental.

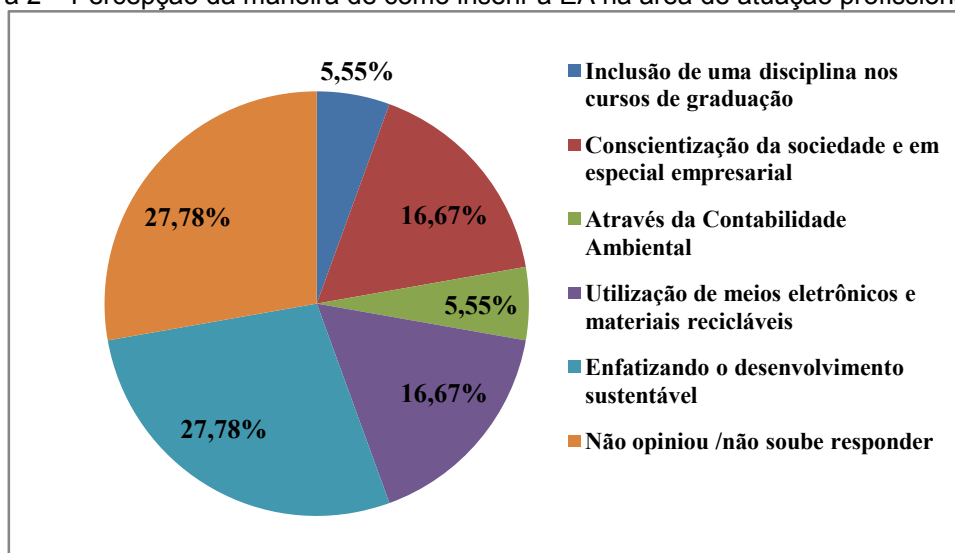
Com estes dados, é visível o interesse dos pesquisados, muito embora não detenham a compreensão clara da EA capaz de promover diálogo entre áreas de conhecimento distintas. Para tanto, faz-se necessário práticas que possibilitem transportar e até transpor as visões sistêmicas e holísticas no estudo da questão ambiental. Práticas e estudos que formulem novas teorias, novas relações metodológicas de diálogo e de sinergia das diferentes áreas do conhecimento.

Leff (2000) alerta para essa falta de percepção e entendimento quando destaca a possibilidade de perceber que o saber ambiental mesmo com sua complexidade, está transitando do desafio da interdisciplinaridade para a abertura do diálogo de saberes a partir de uma visão holística e uma vontade sistêmica. Para o autor a complexidade ambiental abre-se para o diálogo de saberes que acarreta à inter-relação, ao confronto e ao intercâmbio de interesses, em uma relação que vai

da solidariedade e complementaridade entre disciplinas, ao antagonismo de saberes; onde se inter-relacionam processos significativos, mais que posições científicas, interesses disciplinares e verdades objetivas.

Não diferentemente de outras áreas, a Ciência Contábil ainda está distante deste cenário, o que supostamente tem dificultado a interação e percepção do profissional na busca da noção desta realidade que envolve os mais variados conhecimentos que são fruto da ausência de uma postura interdisciplinar e impõe novo olhar sobre o meio ambiente.

Figura 2 – Percepção da maneira de como inserir a EA na área de atuação profissional



Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Os profissionais foram questionados acerca de qual a relação que poderiam fazer entre a sua área de atuação profissional e a EA (figura 3). Os resultados mostram que 44,44% das opiniões relacionam EA diretamente ao planejamento estratégico empresarial e ao processo decisório (lucratividade), e portanto, é praticamente impossível discutir aspectos relacionados a estratégia empresarial, seja ela de curto, médio ou longo prazo sem incluir as questões relacionadas ao meio ambiente.

Esse entendimento é referendado por Padoveze (2003) quando advoga que “toda empresa tem uma missão em relação à sociedade, e a missão das empresas corresponde aos seus objetivos permanentes, que consistem em otimizar a satisfação das necessidades humanas.” Esse entendimento demonstra claramente a relação que as organizações, os gestores, e demais profissionais que estão inseridos dentro do processo de gestão, devem ter para com as questões ambientais, uma vez que não se admite que as práticas de gestão empresariais estejam ausentes de preocupações em busca de participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à vida humana e a natureza. O profissional contábil deve perceber a realidade, no qual está inserido e agir no seu campo de atuação exercendo fortemente o seu papel de fornecedor de informações contábeis úteis e capazes de prestar contas à sociedade das externalidades positivas e negativas acometidas pelas organizações a partir da execução de suas atividades.

Para 16,67% dos respondentes, a ciência contábil em si não tem tanta relação com a EA, e 33,34% dos entrevistados não estiveram aptos a responder ou não respondeu. Esses resultados corroboram mais uma vez com o forte caráter

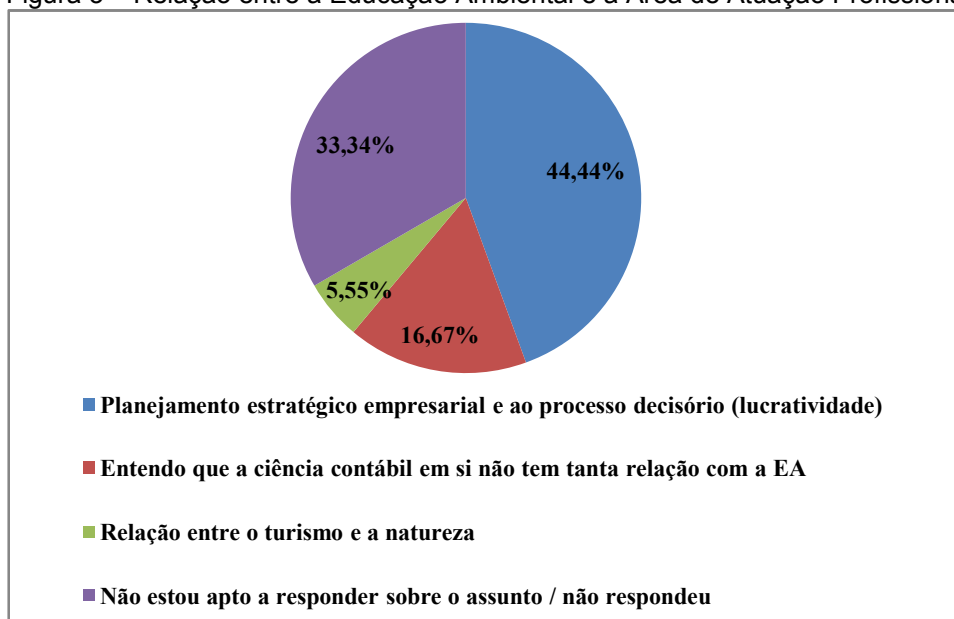
R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 234 - 253, out. 2015/mar. 2016.

disciplinar em não perceber a relação direta que a contabilidade tem com a EA e consequentemente, com o meio ambiente.

Para Oliveira *et al.* (2007, p. 224) “um dos grandes desafios da contabilidade é como registrar e divulgar adequadamente os diversos gastos efetuados pelas empresas, relacionados com o meio ambiente”, principalmente pelo fato de que no atual contexto no qual as empresas estão inseridas emerge a adoção de novas práticas gerenciais relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo, a certificação ambiental de seus processos, busca por produtos, matérias-primas sustentáveis, dentre outros. Tudo isso acaba por afetar o posicionamento ético do profissional contábil e supostamente dos gestores, muito embora no atual contexto esteja longe daquilo que a sociedade e a natureza necessita, em busca de um mundo mais responsável e preocupado com o meio ambiente.

No Brasil, uma das mais conhecidas pesquisadoras da Contabilidade Ambiental, Aracéli Cristina de Souza Ferreira, junto com seus alunos, notou, em decorrência de suas pesquisas, que as empresas não estão discriminando, de maneira correta, em seus balanços, as informações concernentes ao meio ambiente. Tais relatórios ambientais mencionam apenas as ações positivas, como projetos de reciclagem e reflorestamento, não fazendo referência às contingências do negócio, ou seja, os possíveis riscos de degradação à natureza ocasionados pelos processos produtivos, utilização dos produtos e destinação final das sucatas e resíduos industriais (OLIVEIRA, *et al.* 2007, p. 224-225).

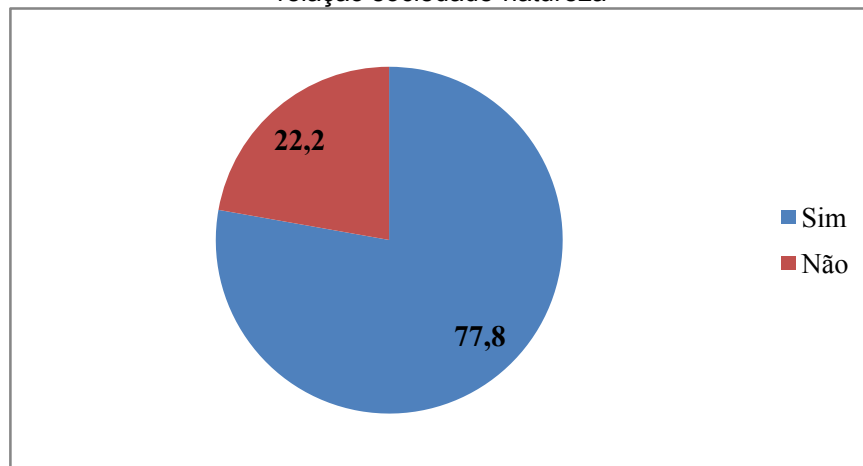
Figura 3 – Relação entre a Educação Ambiental e a Área de Atuação Profissional



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando interrogados sobre o interesse na EA para atender aos propósitos da relação sociedade-natureza (figura 4), 77,8% das respostas foram positivas e 22,2% negativas. Esse cenário positivo corrobora com as argumentações de Marcomin *et al.* (2008) quando dizem que pensar o ambiental exige atitudes inovadoras e criativas na formação de um cidadão crítico, reflexivo e participativo responsável com o mundo, com a vida e consigo mesmo.

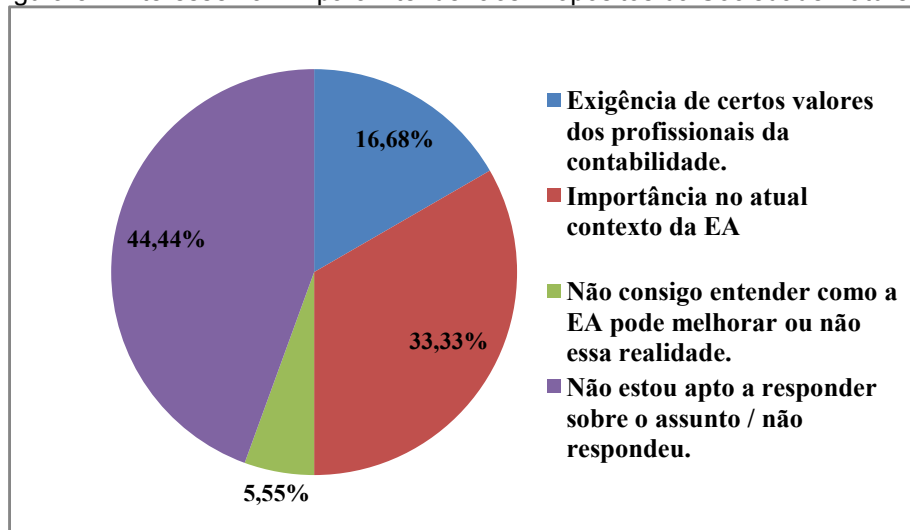
Figura 4 – Interesse na EA de minimizar as deficiências profissionais para atender aos propósitos da relação sociedade-natureza



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A figura 4 é complementada pela figura 5, no qual estão expostos os argumentos que sinalizam o fato de que o mercado atual está exigindo certos valores dos profissionais da contabilidade e um desses valores é o conhecimento em educação ambiental (16,68% das respostas). Ou ainda pela sua importância no cenário ambiental, vez que, deve-se aplicá-la não apenas nesta profissão, mas sim em todas as áreas, de maneira que se busque a sustentabilidade (33,33%), conforme grupo pesquisado.

Figura 5 – Interesse na EA para Atender aos Propósitos da Sociedade-natureza



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando questionados sobre o fato de que a educação ambiental e a interdisciplinaridade seriam temas atuais e que estão começando a ser valorizados pela sociedade, as opiniões positivas foram unânimes (100%), denotando a percepção necessária na busca pelo interesse dessas áreas, uma vez que, parte-se do pressuposto que quando existe a valorização por parte da sociedade por determinada área, conseqüentemente haverá a busca pelo entendimento em tais assuntos.

Dentro desse contexto, Leff (2000) defende que a interdisciplinaridade é convidada a tentar restabelecer as interdependências e inter-relações entre os processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade, a internalizar as externalidades dos processos excluídos dos núcleos de racionalidade que organizam os objetos de conhecimento das ciências. É a busca da retotalização do conhecimento buscando colocar a interdisciplinaridade como processo de recomposição do saber fracionado a partir de uma transdisciplinaridade, de um conhecimento holístico e integrador, sem falhas nem vazios; um conhecimento reunificador que transcende o propósito de estabelecer pontes interdisciplinares entre ilhotas científicas isoladas, buscando interesse e paixão para transgredir os paradigmas disciplinares.

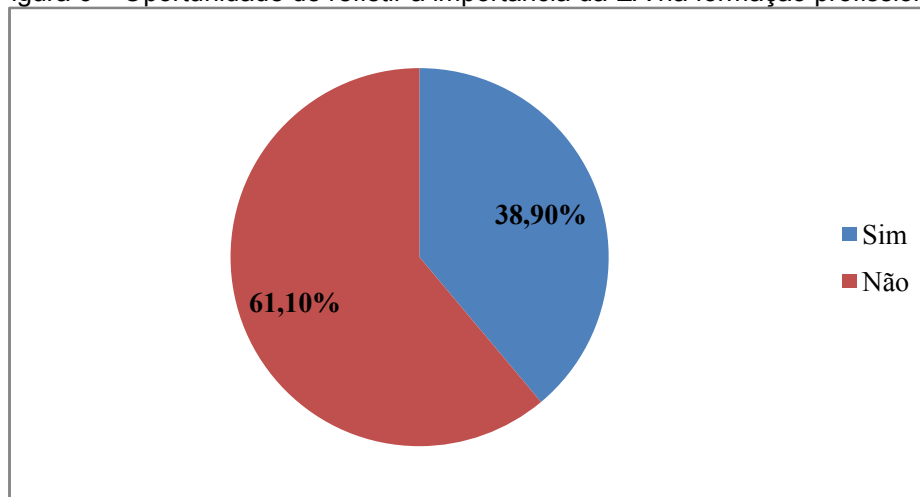
Uma análise dos dados da figura 6 permite constatar que 61,1% não tiveram oportunidade de refletir acerca da importância da educação ambiental na formação profissional e 38,9% tiveram oportunidade de refletir acerca da importância da educação ambiental na formação profissional.

Com estes dados, é visível que os pesquisados não têm muita familiaridade com a temática ambiental como campo de conhecimento, bem como, aos trabalhos produzidos nesta área. É um tema que não faz parte de sua formação universitária de modo sistemático.

Estes dados revelam a situação crítica que a temática ambiental vem atravessando com uma quantidade de sujeitos sem conhecimentos imprescindíveis que os tornem aptos a agir seja individual ou coletivamente na busca de contribuir na solução de problemas ambientais presentes e futuros. Entretanto a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795) em seu Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Essas considerações nos fazem compreender que a educação não pode isolar-se do meio socioambiental, não se trata tão somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza.

Figura 6 – Oportunidade de refletir a importância da EA na formação profissional

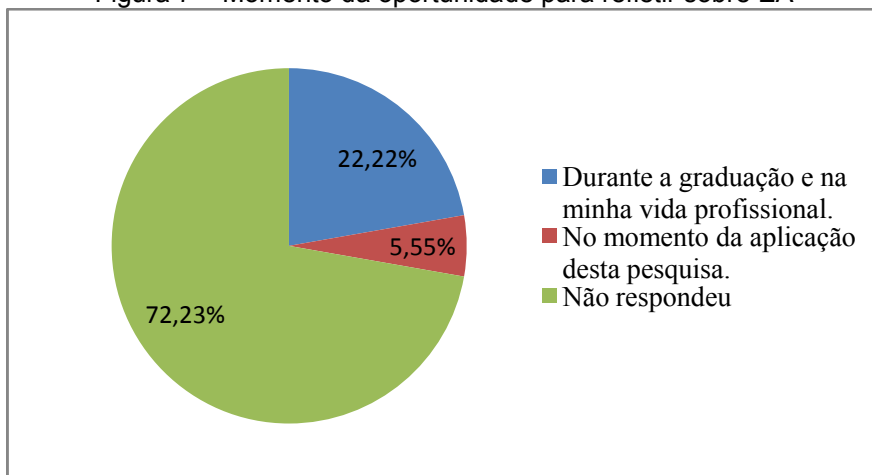


Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Observou-se que mesmo não obtendo um bom número de respostas, alguns entrevistados só puderam ter contato com a temática ambiental durante a graduação ou então na vivência profissional (22,22%) e 5,5%% apenas no momento

da aplicação da pesquisa. Ressalta-se que 72,23% não opinou sobre esta questão (figura 7). Esse dado nos inquietou uma vez, que não especificaram nenhum momento em que pudessem refletir sobre a temática. Isso nos leva a deduzir que a educação ambiental deveria fazer parte do nosso cotidiano, mas ainda não é tratada como deveria, não se inscreve como uma ação pedagógica transformadora, que contribua para a formação de cidadãos críticos, aptos a construir novos conhecimentos para transformar a realidade.

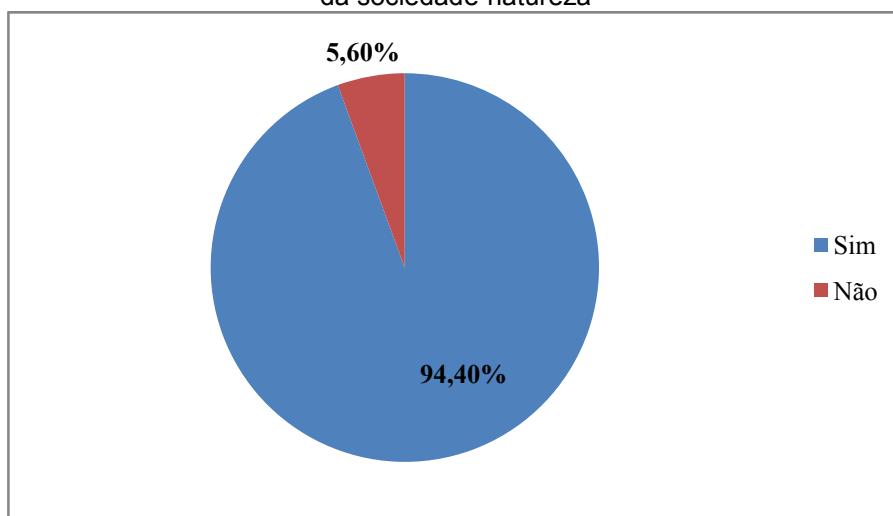
Figura 7 – Momento da oportunidade para refletir sobre EA



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Com os dados da figura 8 observa-se que entre os pesquisados 94,4% possuem a concepção de que a temática ambiental precisa fazer parte do cotidiano escolar, profissional, objetivando refletir sobre as questões presentes e pensar em que sociedade se deseja viver, e, colocar em prática o pensamento de poder agir local e pensar global, ou seja, a partir do entendimento e da viabilidade do diálogo de saberes capaz de minimizar a problemática da relação sociedade-natureza.

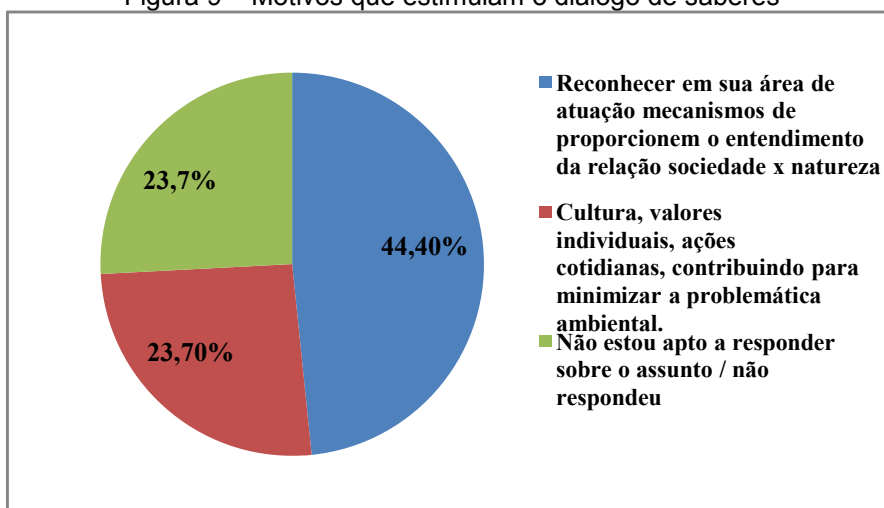
Figura 8 – Acreditação de que o confronto de saberes pode contribuir para minimizar a problemática da sociedade-natureza



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os motivos que estimulam o diálogo de saberes estão pautados a questões relacionadas à ação de que independente da área de atuação, os profissionais a partir de seu conhecimento deve reconhecer em seu campo mecanismos que proporcionem a conscientização da sociedade em relação aos problemas coletivos que afetam a natureza e a sociedade (44,44%); 27,78% acreditam que a cultura, os valores individuais, as ações cotidianas, o engajamento de todas as áreas pode contribuir significativamente para minimizar a problemática; 27,78% não se sentiram aptos a responder sobre o assunto, o que nos leva a inferir a falta de entendimento da percepção interdisciplinar sobre a complexidade ambiental. (Figura 9)

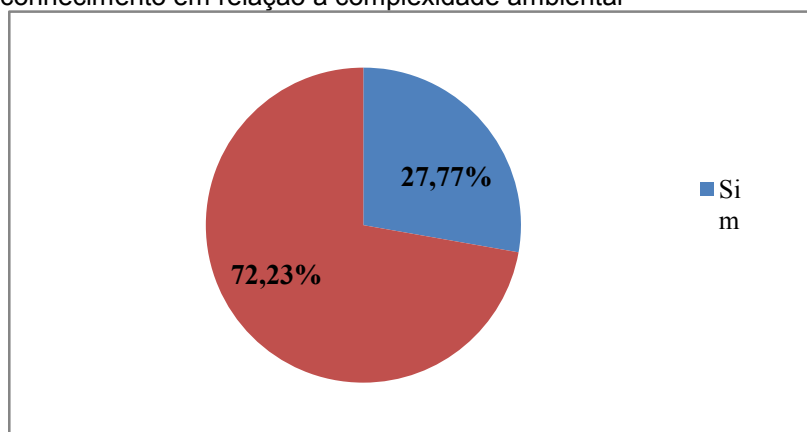
Figura 9 – Motivos que estimulam o diálogo de saberes



Fonte: Dados da pesquisa, 2010/2011.

Finalmente, foram arguidos se procuravam minimizar as limitações e fragmentações do conhecimento individual disciplinar em relação ao cenário ambiental. Os resultados mostram que ainda não existe uma postura comprometida com esse fato, o que preocupa, e supostamente dificultará a busca pela percepção da complexidade ambiental. Dentre os motivos elencados em relação a essa falta de interesse foram destacados a falta de informação e interesse, o que nos leva a inferir a confusão de conceitos, pois informação sobre a temática tem-se em demasia, conforme evidencia a figura 10.

Figura 10 – Interesse dos discentes em minimizar as limitações do conhecimento em relação à complexidade ambiental



Fonte: Dados da pesquisa, 2010/2011.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados dessa pesquisa foi possível compreender que a temática ambiental deve ser trabalhada com a maioria dos cidadãos, no intuito de que todos passem a perceber sua importância, tanto na relação com o ambiente, como nas responsabilidades para a preservação deste.

Percebeu-se que a maioria dos atores sociais pesquisada possui a visão acerca da percepção e educação ambiental, fragmentada, confusa, prevalecendo à antropocêntrica, cujo propósito é de preservação ou conservação da natureza, considerando os aspectos políticos, econômicos, culturais inerentes a própria realidade socioambiental.

Necessitamos sim, de uma visão mais abrangente e uma ação mais crítica em relação às questões ambientais, para explicar valores e desenvolver atitudes que permitam um posicionamento consciente e participativo. Isto é, uma educação que compreende os sentidos que contribuem com as relações de responsabilidade entre sociedade-natureza.

Acredita-se que o grande desafio da educação ambiental aliada à percepção ambiental é desenvolver novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, objetivando a melhoria da qualidade ambiental e efetivamente a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Deve-se ter a compreensão, consciência e comprometimento para desenvolver uma prática educativa ambiental criativa e inovadora objetivando a formação de um cidadão crítico, reflexivo e participativo.

Outro aspecto relevante verificado foi que durante a formação dos pesquisados a grande maioria não teve oportunidade de refletir sobre a importância da educação ambiental (61,10%). Isso reflete os 72,23% que não opinaram sobre momentos e oportunidades para refletir acerca da EA, o que nos possibilita concluir que o conhecimento, quando ocorre, é superficial, muitas vezes, inconsistente, contribuindo para um conhecimento pouco significativo e reflexivo em relação às questões ambientais. Mesmo os 22,22% afirmarem ter tido oportunidade de refletir durante a graduação ou na vida profissional, reconhecem o quanto ainda há a aprender sobre as dimensões da educação socioambiental.

A pesquisa nos revelou que 94,40% acreditam que o confronto de saberes pode contribuir para minimizar a problemática da sociedade-natureza, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que reconhecem a interdisciplinaridade com imprescindível, seu entendimento ainda não está claro, bem como, apontam a dificuldade de entendê-la e concretizá-la na prática pedagógica.

Estas constatações nos fazem pensar que há necessidade das instituições de ensino se sensibilizarem e se organizarem no sentido de pensar o seu projeto político pedagógico adequado ao momento histórico, discutindo o significado e a importância da educação ambiental para a educação.

Ao mesmo tempo, o fazer pedagógico do educador ambiental pode contribuir na busca pela construção de uma sociedade sustentável. Isto requer compromisso, reflexão e interação com a problemática ambiental e, que esta interação proporcione discussões e reflexões de problemas da atualidade que repercutam na educação.

PERCEPTION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION: STUDYING TOGETHER TO LEARNERS GRADUATE OF AN HEI IN THE STATE OF PARAIBA

ABSTRACT

The difficulties that arise for the design of environmental education, only can be known in that we bring to the discussion problematization of issues that should be considered in its complexity and go beyond the theory and methodology of a single discipline or area specific. Within this context, the goal that guided this study was analyze what is the perception of students of the Post-Graduate Accounting, Accounting and Finance School of Business in the Paraíba relation to Environmental Education. As such, there is the use of qualitative research and exploratory, through the application of semi structured from open and closed questions. The findings revealed the show need for educational institutions should be sensitive and organize in order to think about their political project to the appropriate pedagogical historical moment, discussing the meaning and importance of education environment. At the same time, the environmental educators' pedagogical may contribute to the search for building a sustainable society requires commitment, reflection and interaction with the environment.

Keywords: Student Perceptions. Environmental Education. IES Private.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLA, B. A. **Interdisciplinaridade na obra de Freire: uma pedagogia da simbiogênese e da solidariedade.** In: STRECK, Danilo R. (Org.) Paulo Freire: ética, utopia e educação. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999, p. 67-94.
- BRASIL. Ministério do meio Ambiente. **Lei nº 9.795 – 27 abril 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 04 jan. 2011.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004, p.256.
- CASTRO, M. L. de; CANHEDO JR., S. G. **Educação Ambiental como Instrumento de Participação.** In: PHILIPPI Jr. Arlindo e PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. (Orgs) Educação Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo – SP: Mamole, 2005. 878p.
- FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade.** 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 158.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 184.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2001, p. 319.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a Gestão Ambiental: A Cidadania no Enfrentamento Político dos Conflitos Socioambientais**. Carlos Frederico B. Loureiro; et al. (Org.). In: *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-155.

LEFF, H. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Ortt. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 343.

_____. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. In: PHILIPPI JR. A.; et al. (Orgs.) *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 19-51.

LIMA, G. da C. **O discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação**. *Revista Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003*, p.99-119.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 92.

LUZZI, D. **Educação Ambiental: pedagogia, política e sociedade**. In: PHILIPPI Jr. Arlindo e PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Orgs) *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. São Paulo – SP: Mamole, 2005, p.878.

MARCOMIN, F. E.; et. al. **Educação Ambiental e o Pensamento Complexo: Uma Reflexão Possível**. In: BAGGIO, A.; BARCELOS V. *Educação Ambiental e Complexidade: Entre Pensamentos e Ações*. Santa Cruz: EDUNISC, 2008.

MININNI, N. M. **Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau. Amazônia: Uma proposta interdisciplinar de educação ambiental**. Brasília, IBAMA, 1994, p. 72-87.

OLIVEIRA, L. M. de; et. al. **Controladoria Estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 338

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo, Thomson, 2003.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 62.

_____. **Meio Ambiente e Representação Social**. (Coleção Questões da Nossa Época). 7. ed. São Paulo, Cortez, 2007, p.87.

RIOJAS, Javier. **A Complexidade Ambiental na Universidade**. In: LEFF, H. (Coord.) A Complexidade Ambiental. Tradução de Eliete Wolft. São Paulo: Cortez, 2003.

UNESCO. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y la Formacion Ambientales, Moscou. In: Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional. DGMA-MOPU, Madrid, 1987.